

**Os ventos da memória na cidade:  
Reconstrução histórica da cidade do Rio de Janeiro no século XX a  
partir do romance *Nunca houve um castelo* de Martha Batalha**

**Los vientos de la memoria en la ciudad:  
Reconstrucción histórica de la ciudad de Río de Janeiro en el siglo XX  
de la novela *Nunca houve um castelo*, de Martha Batalha**

**The memory's winds in the city:  
Historical reconstruction of the city of Rio de Janeiro in the XX  
century by Martha Batalha's novel *Nunca houve um castelo***

Kenia Gusmão Medeiros<sup>1</sup>  
keniaerica.gm@gmail.com

Álvaro Ribeiro Regiani<sup>2</sup>  
alvaroregiani2@gmail.com

Resumo

Neste artigo faremos reflexões sobre as transformações ocorridas no cotidiano, comportamento e imaginário de cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XX. Como fonte principal trabalhamos com o romance “Nunca houve um castelo” da escritora Martha Batalha, livro que narra diferentes trajetórias pessoais de personagens que vivem na cidade carioca. Das muitas personagens que fazem parte dessa obra escolhemos analisar mais detidamente as histórias de Brigitta, Estela e Dalvanise que representam alguns modos de relação com o tempo e a vida em suas diferenças sociais, culturais e de classe na cidade, seus envolvimento com outros personagens, entretanto, também são analisados com o intuito de desvelar representações e práticas sociais na cidade. A cidade que lembra e esquece e os sentidos e usos da memória são assuntos que procuramos abordar por meio da discussão acerca dessa obra do romance com características de metaficção historiográfica.

Palavras-chave: Romance, Rio de Janeiro, memória.

Abstract

In this article, we reflect about the transformations that occurred in the daily life, behavior and imaginary of the city of Rio de Janeiro throughout the 20th century. As the main source of these reflections, we work with the novel “Nunca houve um castelo”, by the writer Martha Batalha, a book that narrates different personal trajectories of characters who live in the city of Rio. Of the many characters that are part of this work, we chose to analyze more closely the stories of Brigitta, Estela and Dalvanise, who represent ways of life in the city in their time, highlighted by their social, cultural and class differences. However, their involvement with other characters is also analyzed in order to reveal social representations and practices in Rio de Janeiro. From the work, the city, which remembers and forgets, and the senses

<sup>1</sup> Doutora em História (UFG). Mestra em História (UnB). Graduada em História (UEG). Docente do IF Goiano.  
Doutora em História (UFG). Mestra em História (UnB). Graduada em História (UEG). Docente do IF Goiano.

<sup>2</sup> Doutorando em História (UFG). Mestre em História (UnB). Especialista em Filosofia (UnB). Graduado em História (UEG). Docente da Universidade Estadual de Goiás.

and uses of memory are subjects that we seek to address, through the discussion about the novel with characteristics of historiographical metafiction.

Keywords: Romance. Rio de Janeiro. Memory.

#### Resumen

Em este artículo se propondrán reflexiones acerca de las transformaciones que ocurrieron en el cotidiano, en el comportamiento y en el imaginario de la ciudad de Río de Janeiro a lo largo del siglo XX. Como fuente principal, se eligió la novela *Nunca houve um Castelo*, de la escritora Martha Batalha, libro que narra distintas trayectorias personales de personajes que viven en la ciudad. Entre los muchos personajes que componen esa obra, se optó por analizar más detenidamente las historias de Brigitta, Estela y Dalvanise, que representan algunos modos de relación con el tiempo y la vida en sus diferencias sociales, culturales y de clase en la ciudad, además de sus relaciones con otros personajes. Además de eso, también se analiza los personajes con tal de desvelar representaciones y prácticas sociales en la ciudad. La ciudad que se acuerda y se olvida y los sentidos y los usos de la memoria son temas que se han buscado abordar a través de la discusión acerca de esa novela, que lleva consigo rasgos de metaficción historiográfica.

Palabras clave: Novela, Río de Janeiro, memoria.

A pintura “O espelho de Vênus” (1875) de Edward Burne Jones apresenta algumas mulheres diante de um espelho d’água. Ao observarem seus próprios reflexos, elas esboçam reações distintas. Uma delas, entretanto, não fita a própria imagem refletida, mas dirige seu olhar para outra mulher que está de pé, atônita e que se encontra ao seu lado. Descrevemos essa pintura como forma de introduzir o objetivo deste artigo, uma reconstrução histórica de alguns períodos importantes da cidade do Rio de Janeiro por meio do romance “Nunca houve um castelo” de Marta Batalha.

Tomamos a obra de Jones como meio para demonstrar como as personagens femininas desse romance se comportaram, ou seja, de como elas se “observaram” e o que “viram” no reflexo. Bem como, transfiguramos a alegoria do espelho para uma cidade, no caso o Rio de Janeiro, com o intuito de analisar a dinâmica cultural dos hábitos e da arquitetura social para: “Recuperar o pensamento pelas imagens, suas múltiplas temporalidades e o inexorável olhar anacrônico no ato interpretativo dos que tecem a intriga dos tempos” (CAPEL, 2013, p. 30).

Uma das diferenças que se podem ser evidenciadas entre os romances históricos e os romances de metaficção historiográfica é que o segundo gênero, após apropriar-se de acontecimentos históricos, coloca-os sob questionamento e problematização. “Do mesmo modo, a metaficção historiográfica - assim como a pintura, a escultura e a fotografia pós-modernas - insere, e ,só depois subverte, seu envolvimento mimético com o mundo (HUTCHEON, 1991, p. 39). Na ficção “Nunca houve um castelo” existe a presença de vários fatos e personagens históricos que tem alguma medida suas imagens mais conhecidas, mostradas por outro ângulo. Mesmo o contexto político que envolve partes importantes da trama, tem por vezes, seu impacto relativizado em

função de cotidianos domésticos e familiares. Também as memórias de algumas personagens vão oferecendo ao leitor outras versões da história da cidade.

No reflexo do espelho as personagens perceberam a passagem do tempo e também notaram as mudanças na ambiência cotidiana. Guardadas as devidas especificidades desse tipo de fonte, o romance “Nunca houve um castelo” produziu um diálogo entre a ficção e a história da antiga capital brasileira. Neste sentido, buscamos pontuar e discutir as mudanças no cotidiano e no comportamento de mulheres ao longo do século XX, fazendo valer as possibilidades e vantagens do uso da literatura na refiguração de contextos históricos. Ou como bem observou Antoine Compagnon sobre as passagens hermenêuticas de Hans-Georg Gadamer: “A significação de um texto não esgota nunca as intenções do autor. Quando um texto passa de um contexto histórico ou cultural a outro, novas significações lhe aderem, que nem o autor nem os primeiros leitores haviam previsto” (*GADAMER, apud, COMPAGNON, 2003, p. 64*).

Assim, o uso da literatura, e mais especificamente, de metaficções historiográficas pode auxiliar na compreensão e na ressignificação de contextos históricos. Se valendo do Rio de Janeiro de “Nunca houve um castelo” como um mundo de estórias e histórias que desvela um sentido puro de alteridade entre as personagens e a cidade, buscamos compreender alguns olhares femininos, construções sociais, conjunturas políticas e, principalmente, sobre descobertas de novas formas para o “ser mulher”. Ou seja, novas possibilidades de pensar o “ser” da “mulher” em meio às mudanças transcorridas nesse período.

Neste sentido, optamos por dividir o artigo em partes distintas nas quais em cada momento uma personagem ganha destaque, não deixando de haver mesmo assim, entrelaçamentos entre suas histórias. As atuações dessas personagens na vida privada e pública são representativas dos processos de transformações citadinos, assim as trajetórias de Brigitta, Estela e Dalvanise em suas demandas, desejos e medos espelham cotidianos, vontades e também as impossibilidades de muitas mulheres que viveram no Rio de Janeiro. Por isso, ao indagarmos sobre a transição da dominância dos modelos rígidos para representações mais fluidas do ser mulher, interpretamos que esses papéis sociais foram construídos em meio a negociações e conflitos.

Por fim refletiremos sobre os duelos da memória como parte das mudanças no tempo. No romance o transcorrer do tempo em Ipanema enseja a produção e a ressignificação de lugares de memória. A inexorabilidade do tempo, contudo, faz com que esses lugares de memória percam

credibilidade num processo de dúvida. Segue então uma criação de outras histórias para explicar a materialidade desses lugares, narrativas mais plausíveis e adequadas aos novos contornos identitários da cidade em crescimento e adesão aos ideais de modernidade do século XX. A literatura nos ajuda a conhecer a cidade que recebeu, celebrou e silenciou a história. Os duelos de memória demonstrados por Martha Batalha encontram correspondência em conflitos do presente e fazem uso da história em enquadramentos de memória possíveis.

## 1. Brigitta

Brigitta nasceu na Suécia e casou-se em 1899, ainda nas núpcias do casal, o marido Johan Jansson descobriu que sua esposa trazia a companhia muitas vozes: “Brigitta fazia o toalete de acordo com as recomendações que ouvia – às vezes usava uma trança, às vezes duas. Cuidava da casa, visitava museus, saía para um café”, mas elas, “não eram de todo ruim, as vozes tinham o seu valor” até o início da primavera “quando, talvez por ciúmes da vida a dois, as vozes deixaram de dar conselhos e começaram a provocar chilikues” (BATALHA, 2018, pp. 18-19).

Ele, emocionalmente incapaz de colocar Brigitta em um sanatório optou por medicinas alternativas, um clínico chinês, uma curandeira da irlandesa e um tratamento com um médico vieniense que prometia curá-la por meio de conversas que misturava mitologia grega, relações sexuais e sonhos (BATALHA, 2018, pp. 18-20). Nessa primeira referência histórica sobre o surgimento da psicanálise, já é possível inferir a importância dos debates e dos discursos médicos nas sociedades ocidentais do final do XIX e início do XX. O processo de medicalização da sociedade iniciado no XVIII encontrou terreno fértil no cientificismo que marcou o século seguinte, bem como nas estruturas da cultura burguesa em ascensão.

A crença no progresso da ciência assim como em novas tecnologias e conhecimentos ganhava força no Ocidente. Nesse contexto de medicalização pública, a saúde física e psíquica da mulher tornou objeto de variadas análises científicas. Alguns médicos do século XIX apropriaram-se e difundiram a imagem da mulher associada à natureza em contraposição à imagem masculina identificada com a cultura. Inclusive, muito foi debatido sobre as supostas doenças mentais que eram frequentemente relacionadas à sua natureza e sexualidade das mulheres: “Assim, no organismo da mulher, na sua fisiologia específica estariam inscritas as predisposições à doença

mental” (ENGEL, 2015, p. 333).

O termo médico *histeria*, por exemplo, foi consolidado como grande mal ligado à natureza feminina, ao desejo das mulheres e a sua sexualidade. Menstruação e maternidade também faziam parte deste complexo quadro de componentes que explicavam as crises nervosas das mulheres. Com origens medievais, a crença na “sufocação da madre” permanecia ressoando ecos.

A viabilidade e os significados da concepção segundo a qual a *histeria* seria em sua própria essência uma doença feminina encontram-se profundamente vinculados à tradição que - presente na medicina hipocrática, passando pelos médicos medievais - identifica o “mal histórico” à “sufocação da madre”. Para os antigos o “mal histórico” seria um mal provocado pelas “manifestações independentes de um útero que agiria como um animal, oculto no interior do organismo”. No início do século XVII, Liebaud (1609) ainda se mantinha, apesar de certas reservas, partidário da “ideia de um movimento espontâneo da matriz” como causador da *histeria*. Ideia que passaria a ser contestada por quase todos os médicos da Idade Clássica, sem que se produzisse uma ruptura completa entre *histeria* e a matriz (ENGEL, 2015, pp. 342-343).

A psicanálise não acabou com todas as crenças religiosas e científicas acerca da natureza das mulheres, mas indubitavelmente fez parte de um longo processo que se desenvolveu pelo Ocidente e que paulatinamente transformou os sentidos e os discursos sociais acerca da saúde da mulher. “Enquanto isso”, como interpretou o historiador Peter Gay, “o desenvolvimento de profissões como a medicina e o surgimento de empreendimentos em grande escala iam rapidamente reduzindo o lugar das mulheres em diversas ocupações”. Mesmo assim, para Freud, a “neurastenia”, ou a “singularização das mulheres como mais vulneráveis ao nervosismo do que os homens” era vaga e imprecisa, pois “o nervosismo, em sua opinião, era consequência da excessiva repressão sexual nas classes médias vitorianas” (GAY, 2002, p. 225; 151; 157).

Pouco tempo depois do tratamento com Freud, Brigitta abandonou as sessões, dizendo a Johan “que as estátuas gregas do consultório sussurram todas juntas, cada uma querendo contar como tinha sido feita há dois mil anos. Se fosse uma ou outra não se importaria”. Contudo, “eram dezenove, além dos quatro búfalos da pintura primitiva dos dois quadros em frente ao divã”. Johan já conformado com a doença da esposa, não a internou, o que era prática comum entre maridos insatisfeitos com o casamento. As vozes interferiam mesmo na vida sexual do casal, elas “mandaram dizer que você só poderá me tocar nas noites de lua cheia e se não houver neblina” e depois de algum tempo mudaram de planos, pois, “os amores, que haviam se tornado escassos (...) voltaram a ser constantes e marcados pelo riso de Brigitta” (BATALHA, 2018, pp. 20-21)

Com a função sexual mantida, como observou Michel Foucault em outro contexto, mas sobre o mesmo problema, Brigitta vivia de “crises ordenadas” e ganhou “o direito de não ser louca

mas de ser doente”, “graças à constância e à regularidade dos seus sintomas” (*FOUCAULT*, 2006, p. 403). Esperando se isolar com sua esposa no outro lado do mundo Johan pediu demissão, mas, inesperadamente, recebeu uma proposta de ser cônsul no Brasil. Em situações de crise o novo frequentemente aparece como uma alternativa que incentiva a esperança.

A vida no novo país escancarou para Brigitta alteridades nunca imaginadas, as vozes davam menos ordens e o casamento seguiu bem, apesar do centro da Capital: “Brigitta andava de olhos arregalados e lençinho no nariz, protegendo-se do cheiro da urina das paredes e das merdas secas nos cantos, dos ventos encanados por ruelas que traziam febre amarela, tuberculose e doenças tropicais capazes de matar antes que a ciência as batizasse”. O cenário da cidade que ainda buscava um conceito de urbanização é desvelado no livro: “As imagens, as cores, eram como um quadro em movimento, pensou Brigitta. E, enquanto percorria a cidade, os habitantes do Rio pensavam o mesmo: que uma mulher tão branca e sozinha só podia pertencer a uma pintura” (*BATALHA*, 2018, p. 25)

Ao conhecer Ipanema, uma região ainda inóspita do Rio de Janeiro, Brigitta decidiu que era lá que queria morar. A cidade do início do século ainda era a capital federal e com a prosperidade do casal, juntos e sob as ordens das vozes construíram um castelo. “[...] a linha oficial de bonde chegou a Ipanema em 1902, ainda movida à tração animal; e em 1903, foram inaugurados os bondes elétricos, fator importante para a venda de mais terrenos em Ipanema” (*QUEIROZ*, 2012, p. 8). Os relevos e matas do Rio foram cedendo ao surgimento de casas e pessoas que precisavam de novos espaços. O casal teve três filhos Axel, Vigo e Nils e os anos seguiram até que “a velhice amoleceu Johan, que já não conseguia suportar por muito tempo os desatinos da mulher” (*BATALHA*, 2018, pp. 32-33).

Num dia qualquer as vozes começaram a avisar que sabiam de algo que Brigitta desconhecia. Ela insistiu que as mesmas contassem, mas só na semana seguinte revelaram que Johan se afogaria, perdendo-se no Atlântico durante um de seus mergulhos. A confiabilidade da informação oferecida pelas vozes foi confirmada pela realidade. Após a morte de Johan, o luto de sua esposa transformou o castelo em lugar tomado por areia, mofo e dívidas acumuladas. Sobre a situação ela dizia: “ninguém pode varrer a casa, é preciso manter os cômodos a essência do meu marido”. Algum tempo depois, a ruína financeira fez com que ela vendesse a propriedade e se mudasse para uma casa menor no mesmo bairro. Brigitta isolou-se, passava os dias no sofá e quando saía dava as costas para o Atlântico, o malfeitor que havia levado seu marido, sua vida e seu

castelo: “Assim terminou o Reino Sueco de Ipanema” (BATALHA, 2018, pp. 39-40).

Enquanto esperava a volta do marido, vivia de lembranças, sempre acompanhada pelo som do relógio cuco que havia sido presente de família de Johan. O relógio marcava a passagem das horas as quais Brigita permanecia reclusa em sua própria dor. As muitas transformações ocorridas no bairro com a chegada de mais moradores, o surgimento de novas construções pareciam não lhe afetar. “Quando ainda era possível lembrar, esses tempos renasciam perfeitos e breves”, mas “à imagem depois inconcebível de uma vila de pescadores, chácaras com pitangueiras, terrenos baldios e mansões de frente para a praia, que traziam na imponência da arquitetura a ilusão que seriam eternas” (BATALHA, 2018, p. 41).

Seu tempo individual e psicológico desdobrava-se em passados nos quais Johan ainda não era ausência. O crescimento do bairro não modificou apenas a paisagem e os costumes, mas as memórias e as narrativas que circulavam por esse espaço. Criada para casar-se e ser mãe, Brigitta empenhou-se nessas funções, contudo estes papéis foram interrompidos pela doença, deixando de ser esposa e mãe. Dado que a educação burguesa para mulheres as preparava para os trabalhos domésticos e para a submissão ao marido, pois, “ninguém duvidava, porém, de que as mulheres tivessem trabalho a fazer; afinal de contas, Eva havia sido companheira integral de Adão no crime de desobediência e a condenação ao trabalho árduo fora castigo árduo para ela tanto quanto para ela” (GAY, 2002, p. 219).

Havia, contudo, espaços de negociação e conflito nessas relações, especialmente no âmbito privado, existiam alguns micropoderes em relação às decisões familiares, como foi o caso da escolha do castelo por Brigitta. Apesar de a personagem não ter dado indícios que levem o leitor a crer que ela tivesse em algum momento desejado uma vida diferente, mas também não se pode ter certeza de que ela fosse indiferente em relação aos modelos rígidos impostos às mulheres:

Gerenciar o lar de classe média significava comprar provisões, supervisionar os empregados, conversar-se prudentemente dentro do orçamento doméstico, assumir o papel principal na criação dos filhos, com os quais normalmente passavam mais tempo do que seus maridos, presidir com graça o que os contemporâneos costumavam chamar de “suplício doméstico”, sempre dando a melhor impressão possível como anfitriãs (GAY, 2002, p. 219).

Entretanto, muitas mulheres percebiam na educação que recebiam e nas funções a elas atribuídas que as estruturas sociais as excluía da participação em alguns espaços da esfera pública e privada. A ideia de que as mulheres não tinham participação no mercado de trabalho até o século XX é tão incorreta, quanto a noção de que somente nesse século foi que elas buscaram direitos

políticos. Muito embora, tenha sido este o século determinante para um acúmulo de demandas e conquistas femininas, mas antes disso muitas mulheres já haviam se posicionado publicamente em favor da igualdade. Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft são dois exemplos de mulheres que inclusive escreveram sobre esses temas ainda no século XVIII.

A Revolução Industrial contou com a força de trabalho de inúmeras mulheres, pois a mão-de-obra era mais barata. A maioria dessas mulheres pertencia as classes sociais menos abastadas e por isso precisavam deixar o lugar considerado mais adequado às mulheres: o ambiente doméstico. Dividiam-se entre seus empregos e os cuidados com o lar, não sendo assim a jornada dupla de trabalho exatamente uma novidade do século passado. Michelet, o “historiador do século XIX” que atentou para a história das mulheres enquanto grupo social escreveu: “Operária, palavra ímpia” (PERROT, 2016, p. 119). Essas palavras são uma demonstração da representação da degradação social e moral associada ao trabalho feminino fora do ambiente doméstico. A cultura burguesa via como vocação da mulher as atividades desempenhadas no mundo privado.

Entretanto, foi no século XX que a organização de demandas já existentes impulsionaram a deflagração do movimento feminista que teve como sua primeira pauta o sufrágio feminino. A organização e a atuação do feminismo de primeira onda foram fundamentais para a conquista do direito ao voto. Tal conquista deu-se em meio a conflitos no campo discursivo, mas também com a ocorrência de episódios de prisões e violência física contra essas militantes. A conquista do voto ocorreu em lugares distintos em tempos também diferentes, mantendo relações com as estruturas sociais e culturais de cada sociedade. Mas, como observou Peter Gay:

Antes da metade do século os sensatos e engajados defensores do direito das mulheres de participar do mercado de trabalho em circunstâncias equânimes haviam chegado à conclusão de que elas deveriam concentra-se no acesso à educação superior em vez de ficar fazendo apelos inúteis aos homens para obter o direito a votar (GAY, 2002, p. 228).

Como qualquer movimento histórico, a organização do movimento feminista, bem como o aumento dos questionamentos de mulheres acerca das estruturas ideológicas patriarcais já naturalizadas na consciência histórica, desencadeou um processo marcado pela descontinuidade. A consciência histórica é um fenômeno que não se relaciona apenas com o passado, mas também possui conexões discursivas e práticas com o presente e o futuro e nisso consiste sua importância. Brigitta como tantas mulheres que viveram antes e depois da época em que a personagem se situa, não chegou a questionar a estrutura patriarcal. Mesmo que sua doença mental tenha a impedido de exercer sua “função social”. Ela tal qual outras mulheres não o fizeram por acreditarem que

“sempre foi assim” (desdobramento de consciência história em direção ao passado); se sempre foi assim, “assim sempre será” (desdobramento de consciência história em direção ao futuro) e portanto, rebelar-se no presente não faz sentido (desdobramento de consciência história em direção ao presente). Desse modo, o aprofundamento de um pensamento crítico permitiria o avanço para outro nível de consciência histórica, apesar desse aprofundamento relacionar-se com o mundo social, ele corresponde a um desenvolvimento cognitivo individual (SADDI, 2012, p. 215).

Assim, gerações se passaram e a naturalização da imposição dos papéis sociais vinculados ao gênero tornou-se cada vez mais questionada e mais frágil, mas nem por isso perdeu toda a sua capacidade de controle e influência na definição de comportamentos sociais. De toda forma, um impacto com consequências de distintas durações havia provocado uma fissura na estrutura rígida na qual se amparavam tais modelos. Tal fissura provocaria também reações dos que acreditavam na necessidade da preservação dos modelos rígidos baseados na naturalização da construção social que é a noção de gênero.

No século XX a tradição, esse agir humano no presente tendo como orientação o passado, foi uma instância de representação social profundamente afetada por fatores de ordem social, cultural e tecnológica. A tradição que informava o lugar da mulher foi sendo historicizada por historiadores, pelas mídias e por discursos provenientes de diversos setores. O tempo da contingência e da descontinuidade nos permite perceber que na atualidade, partes da Cultura histórica da qual partilhavam mulheres como Brigitta, permanecem entre nós. Existem ainda hoje mulheres que já podem trabalhar em diversas ocupações antes limitadas aos homens; podem estudar; dirigir; escolher seus relacionamentos e votar, ainda sim creem na designação “natural” de seu papel social a partir de diferenças biológicas existentes entre os sexos. O passado não é tão passado assim e o futuro nos interpela.

Após a tragédia que se abateu sobre sua família Brigitta passou a viver num tempo passado, um tempo de lembranças nas quais a ausência de alguém era a principal condição de sua vida, sendo “cuidada” por seu filho Nils. Às vezes fazia caminhadas pelo bairro, de costas para o Atlântico pois havia brigado com ele. Ao “anunciar a sua morte”, despediu-se de conhecidos e disse: “não aceito levar recados para os mortos por ter péssima memória, mas prometeu distribuir mensagens genéricas de bem-estar”. Brigitta “tentou se jogar de costas no Atlântico, mas foi impedida por um aprendiz de salva-vidas e três veranistas de Botucatu. Voltou para casa, secou o corpo, sentiu certo

medo de tudo e foi morrer embaixo da cama” (BATALHA, 2018, p. 66).

## 2. Estela

Estela era uma mulher de origem humilde, não cresceu em Ipanema, e sim no centro da cidade. Seus pais tinham uma pequena pensão de refeições, um “ponto bom” de “um lado da rua ia dar no centro, onde prédios modernos eram construídos a cada ano. O outro terminava em casas suspeitas, com moças de rosto maquiado debruçando-se nas janelas”. Estela cresceu entre as mesas e cadeiras onde transitavam operários e prostitutas, mas tinha os olhares voltados apenas para uma única pessoa, sua mãe. Ela a observava em suas atividades de cozinhar e anotar no livro-caixa até que em um dia viu uma menina a poucos metros da pensão pulando corda (BATALHA, 2018, p. 113).

Mesmo a contragosto da mãe, a amizade entre as crianças se fez, Estela brincaria de ser a mãe e Iolanda a madrinha de Gina, uma boneca que abria e fechava os olhos, “algo tão precioso”. Depois Gina teria outra madrinha, Otília. Num domingo, a mãe de Estela a chamou para visitar sua verdadeira madrinha, em resposta ela disse que “não ia, não ia e não ia”, “eu não gosto desta madrinha, quero ter outras madrinhas como as minhas amigas”. A primeira briga entre mãe e filha ocorreu, em meio a ordens de silêncio e o desejo de um batom parecido com que a amiga tinha ganho de uma de suas madrinhas as consequências foram uma só: “os gritos acabaram em castigo e o castigo terminou em choro no escuro do quarto” (BATALHA, 2018, p. 117).

Ana, mãe de Estela, sempre reclamava que não podia ir morar em outro lugar, mas não suportava olhar para as casas do fim da rua, apesar do dinheiro que conseguia pelo ponto de sua pensão. Algumas semanas depois da briga, mãe e filha voltavam do centro da cidade com compras quando pararam em frente de uma loja de um fotógrafo. O retrato que ficaria no apartamento de Estela quando adulta era moda na época conforme as revistas femininas lhe diziam. Na foto:

Uma menina com as mãos pousadas nas coxas e pés que não tocam o chão. O rosto está ligeiramente virado para o lado, como se o imenso laço nos cabelos lhe fosse muito pesado. Quem prestar atenção verá que a menina olha para a frente, mas não para a câmara. Estela sorri para a mãe, que não tira os olhos do chão (BATALHA, 2018, p. 118).

Entre o instante e o registro, permanece várias interpretações, em todo caso, os anseios de Ana e as vontades de Estela já teriam um caminho certo. No domingo seguinte, Estela foi enviada para um colégio interno, “para ter uma boa educação” a mãe dizia, e ela retrucava “e as minhas

amigas daqui?”, mas “não havia saída”, a criança moraria lá. “Se ao menos eles tivessem condições de mudar para um bairro melhor!”, suplicava Ana. O internato deu contornos que a família queria, “ela descobriria o sentido da vida, que é esquecer-se do tempo”, mas “no final restam os valores” pois, “tem que ser assim porque tem que ser assim, não pode ser de outra forma, de jeito nenhum” (BATALHA, 2018, p. 120).

A chegada da juventude de Estela foi paralela ao tempo em que sua família prosperava, enfim puderam se mudar para um bairro mais “nobre” do Rio de Janeiro. Mas, a jovem Estela sentia-se deslocada, diferente das outras moças do lugar que eram mais soltas e descoladas. Observava-as pela janela de casa. Logo, por adesão às modas e comportamentos que via pelas ruas sentiu-se cada vez mais parecida com todas as outras. Estela queria ser de Ipanema, mas descobriu que para isso não bastava morar nesse lugar teria que ser como Ipanema e suas moças: “Imitavam-se umas às outras, expressando-se em modismos e trejeitos que quando postos em prática tornaram-se originais” (BATALHA, 2018, p. 123).

Os lugares da cidade comportam bem mais de dimensões físicas, eles permitem existências e trânsitos em direções variadas e que forjam convivências e modos de ser, configurando-se em espaços. Estela já estava em Ipanema (lugar), mas ainda não no espaço de Ipanema. No comportamento de outras moças, percebia o pertencimento das mesmas em relação àquele espaço e buscava também sentir-se parte de um território da cidade que representava acima de tudo, um tipo de experiência com o tempo da modernidade.

Estela casou-se com Tavinho, homem bonito de Ipanema e neto de Brigitta que a mesma não chegou a conhecer. No início do casamento ela tentou ser a esposa perfeita, aquela que aprendeu ser com as revistas femininas: “A moça por quem Tavinho se apaixonou deixou de ser uma das garotas das areias de Ipanema para se tornar uma das mulheres dos apartamentos de Ipanema” (BATALHA, 2018, p. 97). A imprensa feminina do século XX ocupou-se especialmente de ensinar moças de família a tornarem-se boas esposas e rainhas do lar, moldando no interior de apartamentos a arquitetura da cidade. Esses suplementos dedicavam páginas e mais páginas sobre explicações, exemplos de situações cotidianas e comportamentos esperados. O homem, o namorado ou o noivo, era representado como um prêmio a ser conquistado e após esse êxito a ser cuidado e preservado como um marido.

O mais popular periódico desse tipo foi o “Jornal das Moças” que teve sua circulação entre

os anos de 1914 a 1965. Trazia textos com assuntos e orientações consideradas importantes para as moças de família e as mulheres direitas da sociedade brasileira. O *Jornal das Moças* não foi a primeira publicação nacional destinada ao público feminino, podem ser destacadas as iniciativas “O *Jornal das Senhoras*” (1852); “O *Sexo feminino*” (1875); “*A Família*” (1888) e “*A Mensageira*” (1897). Todos esses periódicos, em certa medida contribuíram muito para a formação do cotidiano feminino, mas além de possibilitarem um vislumbre estético sobre como ser uma mulher, movimentou toda uma economia, dita, doméstica que se estendeu da decoração de interiores até a compra e venda de imóveis, tal qual a personagem do romance:

Estela se encontrou no casamento, entregando-se às tarefas que podem durar um dia, uma semana, uma vida. Aprendeu sobre dois tipos de iluminação, direta e indireta, e as cinco formas de utilizá-las. Decorou todas as fórmulas para eliminar manchas, sabendo usar amido em casos de mofo e glicerina para marcas de café. Tinha olhos treinados por revistas femininas, onde se informou sobre a função de biomos, a altura correta para abajures e os tecidos adequados para almofadas. Tudo o que precisava saber estava nos bons artigos que lia. Trata teu esposo como se estivesse na iminência de perdê-lo, aconselhou um. Muito cuidado ao escolher o tule para cortinas. É preciso discernir entre o branco-gelo, o branco-marfim, o branco-transparente e o branco-absoluto, alertou outro (BATALHA, 2018, p. 83).

O *Jornal das Moças* tinha um expediente dedicado ao treinamento de mulheres para o desempenho de seus papéis previamente estabelecidos na sociedade patriarcal. Em suas páginas novidades sobre moda, orientações para corte e costura, dicas de beleza e de como organizar a casa, criar os filhos e manter um casamento feliz, considerando essa sempre uma tarefa feminina. Na edição de 21 de janeiro de 1960, na página 14, havia uma reportagem sobre os “cuidados indispensáveis à beleza das pernas”. O texto trazia a opinião de “especialistas” sobre as condições necessárias para o uso de shorts no verão, uma delas seria estar com as pernas “impecavelmente depiladas” (*Jornal das Moças*, 21 de janeiro de 1960).

O *Jornal das Moças* contou com uma coluna chamada “Feminismo”, nela discutia-se moda, comportamento, compras, mas nenhum desses temas com qualquer perspectiva de emancipação ou empoderamento, o termo era esvaziado de seu sentido político. Algumas histórias de mulheres que desempenhavam funções masculinas apareciam, mostrando-as como exceções toleradas, mas ressaltando a manutenção de suas personalidades tradicionalmente femininas. Na edição do dia 12 de novembro de 1959 o tema da coluna veio dividida em duas partes: a primeira intitulada “Comprar mais barato é a fraqueza feminina” e a segunda “Prolongue a vida do seu marido”. Na edição de 18 de fevereiro de 1960, a coluna “Feminismo” trouxe como título: “Problemas diários da dona de casa”. É interessante destacarmos que na edição de número 1 da *Revista Mensageira* de

1897 na página 3 a palavra feminista é utilizada em um contexto de luta por direitos e participação na sociedade.

[...] essa revista assignala um facto, digno de atenção de que o movimento feminista vae desenvolvendo a força de suas azas, no Brazil. A mulher brasileira conhece que pode querer mais, do que até aqui tem querido; que pode fazer mais, do que até aqui tem feito. Precisamos compreender que antes de tudo e affirmar aos outros, atados por preconceitos e que julgam toda a liberdade de acção prejudicial á mulher na família que é a bem da própria família, principalmente d'ela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e de apoio seguro e uma educação bem feita (*A Mensageira*, n.1, 1897, p.3).

As diferenças entre o uso dos termos feminismo e feminista, geralmente próximos e pertencentes a uma mesma rede semântica, demonstra que a linguagem desvela avanços, recuos, ressignificações e exclusões de significados e discursos na sociedade em relação à participação feminina nos âmbitos público e privado. Hoje a palavra feminismo e seus termos correlacionados estão em evidência na sociedade, são presença constante em redes sociais, espaços de mídia, produtos de moda dentre outros suportes. Ainda há contudo, acepções estereotipadas e pejorativas vinculadas em diferentes discursos que circulam pela sociedade. Apesar da heterogeneidade e da complexidade das várias demandas que compõem atualmente os movimentos feministas, a busca de direitos, igualdade e dignidade para todas as mulheres constitui uma meta comum nos debates que sustentados em bases de honestidade intelectual.

Mas não foi apenas no Jornal das Moças que Estela recebeu treinamento para ser uma dona de casa exemplar. Nas próprias instituições de ensino voltadas para meninas o ensino era bastante diferente dado aos meninos. A educação para mulheres foi autorizada pela Lei Geral do Ensino de 1827, mas ficou restrita às primeiras letras. Somente em 1971 com a Lei de Diretrizes e Base (LDB) foi que se consolidou a equivalência entre os cursos secundários (*ROSEMBERG*, 2016, p. 334). A educação das mulheres servia para prepará-las para que desempenhassem os papéis esperados e desejados para as mesmas, boas esposas, mães dedicadas, talvez professoras, atividade entendida como feminina e como algo que não causava transtornos à vida doméstica ou conforme era representado a vida conjugal de Tavinho e Estela:

Todas as noites, depois de pôr as crianças para dormir, Estela retornava à sala. Tavinho estaria na ferente da TV, assistindo ao Jornal Nacional. Às vezes observava Tavinho atento a Cid Moreira: Vai ver que a vida é assim. Não era o casamento com que tinha sonhado, mas era enfim um casamento estável. Sentava-se ao lado do marido para juntos prestarem atenção ao noticiário (*BATALHA*, 2018, p. 171).

Estela depositava suas expectativas e esperanças no futuro. Por meio de adesão à práticas religiosas ou por meio da compra e decoração de uma casa nova, ela buscava sempre no futuro a

realização do casamento.: “Estela usava os minivestidos das mulheres emancipadas e fazia uma paella tão sublime que o prato justificava a perpetuação do sistema patriarcal. Era ao mesmo tempo moderna e tradicional, feminista mas nem tanto, com dedos curtos e unhas um pouco compridas (BATALHA, 2018, p. 96). Ou seja, ela não concebia uma vida fora desse modelo familiar conjugal, mesmo ao perceber a orientação sexual do marido insistia no casamento.

O desfecho do próprio casamento com o diagnóstico do marido como soro positivo traz para o livro a comoção social causada pela disseminação do HIV. Toda a família foi afetada pela doença do pai. No Brasil o surgimento dos primeiros casos, somado ao tratamento dado para o assunto pela imprensa, gerou uma espécie de pânico moral na população. Um clima de desconfiança tomou conta da sociedade que agora tinha que conviver com uma doença letal ligada à práticas sexuais. Não era a primeira vez, a sífilis no início do século XX também havia movimentado consultórios e discursos moralizantes na sociedade brasileira. O HIV entretanto, escancarou não apenas a existência, mas a proximidade de um outro a quem se negava, o homossexual.

Inicialmente a doença causou grande impacto na população homoafetiva, sendo denominada pejorativamente como o “cancer gay”. As notícias veiculadas em diferentes mídias corriam bem mais rapidamente que os resultados das pesquisas acerca da doença, e assim a estigmatização marcou os primeiros anos de contato do Brasil com a AIDS. O livro mostra como os filhos do casal foram marcados pela doença, o que desvela a preocupação e o medo que a população jovem dos anos 80 e 90 desenvolveu em relação ao vírus. O HIV tornou-se o assunto do momento acometendo inclusive figuras públicas com grande influência sobre a juventude.

Apesar da tensão social instaurada, alguns pontos merecem ser destacados. O primeiro foi o reconhecimento da existência e da proximidade da alteridade do sujeito homossexual. Em segundo lugar, abriu-se espaço para discussões sobre doenças sexualmente transmissíveis; sexo seguro e cuidado com o corpo em vários espaços sociais. O antropólogo Sérgio Carrara defende que existe em curso uma transição do que chama de “regime de sexualidade moderno” para o “regime de sexualidade articulado”. Em outras palavras, para o autor há em curso um deslocamento dos termos sobre sexualidade do campo biomédico para o dos direitos humanos. Há também um deslocamento de uma ideia de clandestinidade da sexualidade para uma noção de sexualidade como cuidado do corpo e prática de saúde (Cf.: CARRARA, 2015). Ou como narrado no livro:

Não era assunto que Estela acompanhava, só conhecia de ouvir falar e pelas reportagens horríveis na TV. Mas já deviam ter encontrado uma solução, com certeza tinham inventado

algum remédio nos Estados Unidos, Estela pensou enquanto imaginava a mudança para o exterior, tratamentos, enfermeiras, internações. Abraçou Tavinho enquanto a garganta apertava, o peito aquecia, e entendeu que o que sentia não era choque ou desgosto, raiva ou aversão, e sim a mais pura forma de amor (BATALHA, 2018, p. 236).

Após o enterro de Tavinho, Estela “não quis assistir ao Jornal Nacional” (BATALHA, 2018, p. 239). Num dia em que houve uma suspensão do cotidiano pelo trágico, a personagem abre mão de uma atividade doméstica que ajuda na organização de tempo desse mesmo cotidiano. Nos últimos anos de vida do marido, Estela e Tavinho lembraram, ressignificaram memórias e esqueceram do que não convinha lembrar. Desse modo, estiveram mais próximos ao enfrentarem uma doença sobre a qual muito se falava e pouco se sabia. A eclosão dos muitos casos de AIDS no Brasil na década de 80 alterou modos de comportamento e sociabilidade alterando profundamente o imaginário acerca da sexualidade.

### 3. Delvanisse

Dalvanise trabalhava como doméstica na casa de Estela, mas embora sempre presente nas cenas narradas, esta personagem possui poucas falas diretas, tornando-se no romance de Martha Batalha, um paradigma da “transparência”, entre a visibilidade e a invisibilidade. Assim como um o reflexo difuso em um espelho d’água, por exemplo, permite uma imagem ser enxergada em objetos rugosos ou opacos não se consegue ver um reflexo, porque eles refletem a luz. Contudo, em termos filosóficos, a visibilidade do outro ser se faz pela convivência, aceitando-o como um semelhante, o contrário dessa ação, é a reificação do seu ser. Ou seja, um ato de tornar um ser humano em coisa, ou em um ser transparente.

Dalvanise, apenas “retribuía a bondade dos patrões com um trabalho ininterrupto e uma existência quase transparente. Falava pouco, comia pouco e mal era vista”. Sentia gratidão pela patroa por tê-la ensinado como realizar tarefas domésticas para as quais ela tinha muitas dificuldades: “No começo não entendia a obsessão da patroa pelo aparelho de chá, um cacareco que vivia fosco e só servia para ela limpar. Mas, depois que passou a idolatrar Estela, olhava as peças como se fossem a maior criação já produzida por mãos humanas” (BATALHA, 2018, pp. 156-157).

Dalvanise percebia em Estela um outro ser que por vezes admira e por vezes não conseguia compreender, mas “imitava seu jeito de andar, desfilando de uniforme pela casa”, “sua vida, toda sua vida, ela dizia às amigas do morro, ao trocador do ônibus, ao moço da farmácia, à caixa do

mercado, ela devia à Donistela”. No romance ela é a personagem que agrega um conflito de classe, não que esse conflito se desenvolvesse sem atritos, mas se efetivava na reificação percebida cotidianamente nas casas e nas ruas do Rio de Janeiro:

Tinha chegado ao auge de sua carreira de doméstica, iniciada depois de enterrar o irmão junto ao túmulo dos pais e subir na boleia de um caminhão em Alagoas rumo ao Rio de Janeiro. Dalvanise não queria mais cortar cana e se alimentar de um tiquin de farinha com um poquin de carne seca. Precisa saber se era mesmo verdade o que diziam do sul. Chegou ao Rio e se deslumbrou. A água saía da torneira a qualquer hora, e não havia ração de farinha em nenhuma das casas em que trabalhou (BATALHA, 2018, pp. 155-156).

Entretanto, mesmo sabendo de sua origem, Alagoas, pouco é descrito sobre sua vida e seu cotidiano, seu lar e sua cor. Sabe-se que Dalvanise morava no morro, mas não se informa qual. Era longe de Ipanema, pois tinha que pegar condução para o trabalho e também se sabe ela que só tinha o domingo de “folga”, possivelmente morava na comunidade do Pavão ou mesmo na Rocinha. Sua vida, fora da casa da patroa, era como parte da vida social de diversos trabalhadores quando chegavam às suas comunidades, um período quase suficiente para realizar algumas atividades domésticas e dormir. Mas quando Estela:

Olhou para o morro do Cantagalo na outra extremidade e reparou pela primeira vez nas casinhas humildes e desordenadas subindo a encosta. Uma, duas, três, muitas. Um monte de gente pobre e amontoada tão perto da cobertura. Mas como era possível, onde ela estava que não havia visto aquilo acontecer? Onde estavam as autoridades para acabar com aquela bagunça? O Rio era uma cidade inviável, sem governo, sem ordem nem solução. Fechou as cortinas, foi até a cozinha ver se Dalvanise tinha adiantado o jantar (BATALHA, 2018, pp. 196-197).

Um espaço sem povo, apenas com uma natureza, talvez seja o sentido que Estela ansiava, mas conforme argumentou o antropólogo Livio Sansone: “A Favela do Cantagalo localiza-se em Ipanema, como uma cárie entre dentes bonitos, entre a natureza (os morros) e os prédios” (SANSONE, 2001, p. 159). Entre o Pavão, a Rocinha e o Cantagalo há os “paraíbas”, imigrantes nordestinos que residem em regimes controlados pelo “fazer viver” e pelo “deixar morrer”. Segundo Giorgio Agambem em sua leitura de Michel Foucault, há duas manifestações do biopoder nas sociedades contemporâneas, o biopoder médico que produz circunstâncias para se fazer viver que no caso brasileiro ocorreu pelas medidas sanitárias e o biopoder soberano que faz as pessoas morrerem, pois como Estado possui o monopólio da violência que “de tal forma a biopolítica coincide com a tanatopolítica” (AGAMBEM, 2008, p. 89).

Neste âmbito, a vida em comunidades permitiu ao Estado brasileiro, em consonância com os anseios relativos das classes médias e altas, estabelecer censuras para “defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros” (FOUCAULT, apud, AGAMBEM, 2008, p. 89). Ou

seja, os constantes conflitos (visíveis) e negociações (invisíveis) entre Ipanema e os morros ao seu redor constituem a vida nua, pelos quais homens e mulheres são reduzidos às mortes triviais e cotidianas e à continuidade de práticas trabalhistas análogas a escravidão.

Assim, no romance se confere um local de dor, arcaico e subdesenvolvido para favelas e um duplo oposto ao bairro de Ipanema, civilizado, higiênico e feliz. Desta forma, na perspectiva de Estela as favelas ou subúrbios seriam extensões da cidade, muito provavelmente do Centro e de Ipanema, onde o pouco planejamento urbano, a pouca ausência do Estado e de muito mercado de trabalho (formal ou informal) criam locais pelo qual a invisibilidade seria desejável ou necessária, em termos higiênicos. Conforme a cena narrada: “Uma hora depois, de pé no ônibus de volta à zona sul, Estela sentia-se realizada, feliz até. Nem se importou com o cheiro de sovaco ou com tanta gente se encostando – aquilo não era higiênico. Chegou em casa e tomou um banho duplo, para se livrar do calor e do subúrbio” (BATALHA, 2018, p. 134).

Dalvanise era a presença constante e quase invisível, assim como muitas empregadas domésticas que trabalharam e trabalham em casas de família da sociedade brasileira. A “transparência” como foi definida a sua existência representava a impossibilidade da visão de um “ser”, seja feminino ou humano. Mas, o trabalho doméstico que ela executava, era o que não podia deixar de se ver, como uma função que é melhor apresentada quando ninguém percebe a pessoa que executa. O treinamento dado pelas patroas incluía modos de fazer e de ser. “Estela retribuiu com os modos que assimilara da madre superiora em seus anos de internato. “Você vai aprender, eu vou ensinar”. Mas, “mesmo assim Estela insistia em formar a empregada. Sabia ensinar, falava pausado e só levantou a voz uma vez, quando Dalvanise tentou passar Bombril no aparelho de chá de prata” (BATALHA, 2018, p. 156).

As poucas ausências de Dalvanise eram durante o carnaval quando ela se tornava visível para a sua comunidade e uma vez quando pegou sarna. O simbolismo desse evento para Estela não passou de mais um problema cotidiano, mas pode auxiliar na compreensão das relações trabalhistas travestidas de relações familiares brasileiras, pois Dalvanise foi dispensada do trabalho para não contaminar o cachorro Hulk. As relações entre os donos da casa e essas mulheres que trabalham em casas limpam, cozinham, cuidam das crianças e mesmo dos patrões em caso de doença, tal relação é comumente definida pela expressão “ como se fosse da família.

Neste jogo de anulação e invisibilidade para se conseguir vantagens além dos direitos

salariais, Dalvanise em seus turnos acompanhou segredos, conflitos, nascimentos e doenças, mas quando ela esteve doente não foi o foco da preocupação do “lar” que se voltou para o cachorro, o cachorro se tornou um ser e a empregada um ente. A saúde dela era dispensável, assim como seus favores, quando o medo do contágio atingia proporções públicas, a família retomava a lógica sanitária no início do século XX: “Diante do fenômeno iminente das grandes epidemias, o “remédio” era, de um lado, combatê-lo; de outro, evitá-las” (SCHWARCZ, 2007, p. 223). Entretanto, quando se tratava da higiene da casa a cordialidade retornava e a pergunta era uma só “E o cocô? Quem vai limpar o cocô na folga da Dalvanise?” Tavinho garantiu que limparia. No primeiro domingo com Hulk em casa os cocôs se acumularam na área de serviço” (BATALHA, 2018, p. 227).

“Quase transparente, mas não toda”, conforme foi narrado da vida de Dalvanise antes de trabalhar para Estela, “deixou um rastro de destruição por todas as casas onde trabalhou. Copos quebrados, toalhas manchadas, ferros que nunca mais esquentaram, roupas queimadas por ferros que esquentaram demais. Nem ela entendia como podia quebrar tanta coisa”. Sabe-se que a sensibilidade a tipos de infecção como a sarna humana, a irritabilidade típica, a astenia muscular e a progressiva redução dos movimentos manuais podem ser causados pela fome, algo também muitas vezes invisibilizado, como a pessoa Dalvanise para o bairro de Ipanema. Mesmo assim ela refletia, “Dalvanise tirava e colocava os pratos na mesa e refletia: “Como podiam ficar tão tristes diante de um filé *mignon*” (BATALHA, 2018, p. 136).

A reflexão de Dalvanise sobre o comportamento da patroa engloba a diferença social que ela percebe entre as mesmas, tornando o acesso aos alimentos uma distinção significativa entre a vida no morro e em Ipanema. Apesar da admiração e da gratidão que ela sente por Estela, ela não deixa de julgá-la por sua infelicidade diante de condições de vida que para ela soam como privilégios. Já Estela presenteia Dalvanise por meio da doação de utensílios domésticos que não lhe servem mais, assim livra-se de objetos já inúteis ou desgastados. O *status* de Dalvanise na casa mudou quando estabelecida a cumplicidade entre ela e Estela que começou um caso amoroso com o vizinho: “A empregada foi promovida de criatura incapaz a ser humano completo, ganhando o direito de tomar decisões” (BATALHA, 2018, p. 155).

Na tensão entre a visibilidade e a invisibilidade que se desdobra no romance, a mudança para um novo e maior apartamento decidida por Estela faz com que a família vivesse numa obra por

algum tempo. Depois de inúmeros problemas com materiais e serviços, Tavinho perde a paciência ao ter que tomar banho no banheiro da empregada, que segundo o mesmo seria indigno até para crianças (BATALHA, 2018, p. 194). Mesmo a visibilidade das condições sociais sendo apresentada como um problema, há nessa fala muito mais um indício do tratamento precário oferecido a essas trabalhadoras, e também da condição que Tavinho rejeitava, a pobreza.

Os “quartinhos de empregadas” são espaços segregados criados para que em todos os momentos em que elas não estejam trabalhando, estejam atentas as ordens. Esses cômodos de empregada representam mais que um espaço para que essas trabalhadoras tenham algum descanso ou intimidade. Muitas vezes eles são a possibilidade de que tendo uma funcionária dormindo em casa eles possam usufruir de seus serviços muito além de um horário de trabalho pré-estabelecido, a Senzala sempre ao lado da Casa-Grande como descreveu Gilberto Freyre.

Outro aspecto que precisa ser mencionado era o comportamento de Nils, o sogro de Estela em relação à Dalvanise: “Nilson abria a geladeira para beber água no gargalo e beliscar a bunda de Dalvanise” (BATALHA, 2018, p. 131). Homem criado em Ipanema e com passado de festas e muitas mulheres, ele assediava a moça com a naturalidade de quem sai da cama ao acordar pela manhã. Não se preocupava em ser repreendido porque Dalvanise era invisível juridicamente, visível apenas como objeto sexual, isto é sem dignidade. Não havia nenhum constrangimento no meio familiar em relação a esse comportamento. O assédio fez parte da constituição dessas relações de trabalho, ainda com similaridades com abusos presentes na sociedade escravagista.

No jornal carioca “Rio Nú” que circulou entre os anos de 1898 e 1916 eram comuns charges e piadas pejorativas acerca do trabalho e das imagens das empregadas domésticas. O comportamento de Nils faz parte de uma cultura de desvalorização dessas trabalhadoras, bem como de desrespeito aos seus corpos. Numa época ainda muito próxima ao fim da escravidão resquícios das práticas de dominação, violência e violação de corpos que serviam para o trabalho permaneceram tanto na esfera pública, quanto na privada, sendo o trabalho das empregadas domésticas uma continuidade do paradigma colonial até julho de 2015, com a lei complementar nº 150.

Mesmo com uma lei específica no Brasil, a garantia de ter um trabalho doméstico que atende a lógica da flexibilidade e da indefinição das funções, marca como o trabalho de Dalvanise era visto pela família de Estela e pela própria Ipanema retratada. As diaristas e empregadas

domésticas tinham que limpar e ordenar com pouco planejamento, sempre sendo interrompidas pelas ordens ou assédios dos membros da casa. Mesmo com uma rotina definida, a arrumação da mesa ou da cozinha era sempre personalizado, não pelas mãos de quem cozinha, mas pela ordem da patroa. Com pouco direito visível e muito serviço invisível “de qualquer forma [Estela] pediria para Dalvanise limpar o chão” ou como a última frase do romance *Nunca houve um castelo* narra: “[Estela] levantou do sofá e foi até a cozinha ver se Dalvanise já tinha adiantado o almoço” (BATALHA, 2018, p. 243; 248).

#### 4. A memória na cidade

Ao longo do livro torna-se evidente a ação do tempo sobre a memória. As memórias do bairro vão sendo remodeladas juntamente com sua arquitetura e a chegada de novos habitantes. As cidades e seus lugares são constituem composições de temporalidades que se apresentam no presente. Apesar de transbordarem sentidos de passado, esses lugares de memória nem sempre oferecem possibilidades de compreensão direta e inequívoca, podendo inclusive serem historicamente interpretados por perspectivas diferentes e vinculadas ao cotidiano presente.

Os ventos que agitavam o que mar eram uma preocupação na época de uma Ipanema ainda pouco habitada (o vento que formou dunas de areia na casa de Brigita, outrora chamado sudoeste, ficou mais conhecido como massa atlântica), que após algumas décadas, transformada pelo avanço da construção civil, passava a abrigar pessoas preocupadas com a repressão imposta pela Ditadura Civil-Militar. Na cidade as memórias de outro tempo vão se misturando com as novas vivências e narrativas que forjam espaços e direções. Em meio aos passados e às memórias que se sobrepõem, há também uma disputa de verdades do presente que “serviam para dar saudades do antes e ansiar pelo depois” (BATALHA, 2018, p. 34).

Em meio a polêmicas, em 1974 foi efetivada a fusão entre a cidade do Rio de Janeiro, outrora capital da república e o extinto estado da Guanabara. A discussão em torno da violência urbana e da favelização já ocupavam os noticiários e o tom em relação aos moradores dos morros não era amistoso. “Quanto mais trabalha o governo da Guanabara para erradicar as favelas, mais cresce a população favelada. Segundo dados oficiais comprovados, a cada quatro habitantes, um é favelado” (Jornal do Brasil, 6 de dezembro de 1969). Muitas questões políticas, especialmente

ligadas a uma busca de maior controle dentro do sistema bipartidário influenciaram o processo que levou a fusão. Grande parte da população contrária a essa decisão passou a associar a ela, as causas para o aumento dos problemas sociais e urbanos da cidade do Rio de Janeiro (Cf.: FERREIRA, 2006).

O Rio forjava sobre si mesmo a representação de centro cultural do país por meio de crônicas, músicas, notícias e outros produtos culturais. Mas esses códigos de pertencimento não se relacionavam com todos os espaços da cidade. A zona sul da cidade era representada como o reduto no qual ambientava-se um suposto espírito carioca. As partes da cidade que não estavam incluídas nessa formação identitária eram muito mais associadas à realidade, ao cotidiano e à violência. Desse modo, a zona sul recebia sentidos urbanos e culturais que a colocavam dentro desse espaço, como um lugar privilegiado de vivência e representatividade do “ser carioca”.

Portanto, a demarcação da Zona Norte e da Zona Sul como lados opostos da mesma cidade foi uma ação meramente cultural, já que os pesquisadores sobre o tema não encontraram referências que justificassem essa demarcação espacial. Dessa maneira, compreendemos que essa fragmentação do espaço se desenvolveu a partir da visão elitizada por grande parte dos cronistas ipanemenses, principalmente nas décadas de 1960 e 70, os quais projetaram para o Rio de Janeiro e para o Brasil os valores e os comportamentos da chamada “República de Ipanema” (QUEIROZ, 2012, p. 6).

O crescimento do morro do Cantagalo entre Ipanema e Copacabana afetou a família de Estela após contato doméstico com uma bala perdida, vendeu o apartamento no qual ainda residia a sogra então viúva, com alguma perda econômica já que o mesmo ficava de frente para o “amontoado de casebres sobrepostos” sobre o qual a sogra dizia “Outro dia mesmo a gente olhava e não tinha nenhum” (BATALHA, 2018, p. 240).

A formação dessa representação do “carioquismo” demarcou algumas formações identitárias conhecidas, uma delas aparece no romance na figura de Nils, boêmio, conhecido e frequentador de bares, “[...] andava em Ipanema como quem desfila em carro alegórico” (BATALHA, 2018, p. 85). O mesmo sujeito dono do cartório, querido no bairro é o que comete assédios e ambiente público e privado com a naturalidade de uma ação que se justifica pela dinâmica dos corpos que é dita e praticada em inúmeras formas de agir. Para aumentar a complexidade do personagem Nils, é ele que ao longo do romance se mostra incomodado com os abusos e a repressão impostos pela Ditadura civil-militar, já na década de 80 ele inclusive se filia ao PT e participa das Diretas Já. Além da sobreposição de ideias e representações que pode haver num mesmo indivíduo, Nils representa o entrecruzamento de pertencimentos e visões de sociedade de uma classe média ainda

em processo de construção identitária, ainda distante da compreensão da distinção entre moral e ética.

Como qualquer cidade o Rio era formado por diferentes lugares de memória. Quando Brigita chegou à cidade as memórias da escravidão e do Império ainda eram recentes. A própria família Jensen construiu um castelo. Palacetes, pequenos castelos foram tendência de uma arquitetura nacional elitista ainda adepta de representações de nobreza e superioridade social. No tempo em que Estela viveu no Rio a cidade já cresceu ao ponto de em Ipanema, julgar-se inverossímil a existência de um castelo no passado.

Na ocasião do enterro de Nils seus amigos, brindando exatamente o espírito carioca que fazia parte da personalidade do morto, pediram chopes para homenageá-lo. Em determinado momento um deles ergueu o copo para celebrar a memória do “último nobre de Ipanema”, o homem que havia morado num castelo. Ao que seguiu o diálogo:

- Que castelo?
- O castelo da Vieira Souto, esquina com a Joaquim Nabuco.
- Ali nunca houve um castelo – disse um homem no canto.
- Lógico que houve.
- Não era um castelo. Era um bar chamado Castelo.
- Não era um castelo nem um bar. Era um trecho da praia com esse nome.
- Isso foi depois do bar. Antes era um castelo.
- De jeito nenhum, ali sempre foi um bar – disse outro homem, girando o indicador em círculos na têmpera, comprovando não só a ficção do castelo, como a tendência daquele que o evocou (BATALHA, 2018, p. 233)

A memória coletiva sofre enquadramentos que se relacionam com aspectos históricos e identitários. A história e a memória que circulam pelas cidades em fragmentos de oralidades dispersas em cotidianos que surgem rasteiros estabelecem-se por meio de adesões que se amparam na confiabilidade do possível. Nos anos 80, quando morreu “o último nobre de Ipanema”, seria muito mais possível acreditar-se na existência passada de um bar ou um trecho de praia denominado como “castelo” do que realmente num castelo habitado por nobres. O bar, ou a faixa de areia constituem elementos da realidade e da identidade do carioca com bases de significação no real e no visível, enquanto o castelo símbolo de uma aristocracia do passado, não desperta qualquer sensação de pertencimento histórico nos ouvintes. Assim, as cidades e seus lugares de memória são também campos de disputa entre passados que por vezes perdem o *status* de existência.

Além do trabalho de enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização (POLLACK, 1992, p. 206).

Como as areias acumuladas na praia de Ipanema ou na casa de Brigita durante o luto, memórias vão se sobrepondo na cidade que as abriga em diferentes registros relacionados à escrita e à oralidade. Como os montes e as dunas esculpidas diariamente por ventos com intensidades e durações variáveis, as memórias individuais e coletivas também vão sendo organizadas, preservadas e ressignificadas em relação intensa com o presente. “Construíram um passado ameno, com festas de família, crianças correndo pela casa [...]. Era um passado com falhas conscientes de memória, mas autêntico nas pequenas conquistas” (BATALHA, 2018, p.237).

A memória, entretanto, ainda possui seus ecos que se desdobram em continuidades. Delvanisse tinha um banheiro separado o qual não seria digno nem de um animal. Delvanisse teve sarna e foi afastada para não contaminar o cachorro da família. Dalvanisse está sempre presente, mas poucas vezes é uma presença. Em texto publicado na edição de 12 de julho de 2017 do jornal O Globo, o escritor e professor Dodô Azevedo, indaga:

E as vítimas (e seus descendentes) do holocausto brasileiro? Onde estão? Lutando por cotas em universidades? Batalhando vaga de titular na seleção de futebol? Vendendo bala no trânsito? Fazendo bico de avião do tráfico? Tendo seus cinco minutos de fama durante a transmissão do desfile das escolas de samba? Apodrecendo em cadeias superlotadas? Nas madrugadas pelo Brasil, fumando crack em lugares como o próprio Cais do Valongo, como já flagrado pelas câmeras de TV? Sendo aleijadas por balas perdidas dentro do útero da própria mãe? Onde estão os “pretos novos”? (O GLOBO, 12 de julho de 2017).

As memórias da violência de uma sociedade formada com bases escravagistas e violentas ainda persiste entre nós. O Caes do Valongo o maior porto escravagista do mundo está no Brasil, no Rio de Janeiro e as marcas do tempo em que ele esteve em atividade permanecem em nossa sociedade. As elites brasileiras ainda demonstram adesões socialmente moderadas à cultura dos tempos do Valongo ao tratar os trabalhadores de classes sociais menos privilegiadas. Isso pode ser relacionado ao fato da maioria da nossa população saber em linhas gerais o que foi a escravidão, mas compreendê-la como fenômeno externo a sua própria configuração social. No morro, estão muitos dos “pretos novos”. Na contemporaneidade, como observou Livio Sansone: “o termo “morro” é utilizado quando se quer sublinhar a dureza compacta; “comunidade”, quando se deseja salientar a solidariedade e o contexto político, e “favela”, quando o discurso é o de vítima” (SANSONE, 2001, p. 161).

Em tempos de crise da história e da arte, o romance “Nunca houve um castelo” é uma alternativa que articula fatos históricos e trajetórias individuais fictícias, envolvendo-os numa discussão acerca das ações da memória. Vivemos uma proliferação de passados e de usos da

história, alguns para entretenimento, outros para fins políticos. Negação e manipulação de eventos traumáticos; deturpação de contextos de opressão retratados como tempos gloriosos fazem parte dos atuais discursos relacionados à história. A história pertence a todos, no entanto, “[...] não é possível partir da ideia de que todas as formas históricas de lidar com o passado sejam equivalentes (RUSEN, 2015, p. 218), a memória mesmo com sua importância inclusive para a formação identitária e cultural, não pode ser utilizada com o objetivo de substituir o pensamento histórico científico, mas pode para ele servir como fonte.

A literatura, discurso que não possui pretensão de verdade histórica, pode, contudo, como demonstrado aqui, oferecer perspectivas de alteridades e questionamentos não tão comumente pensados pelo discurso histórico acerca de determinado contexto, assim como oferecer uma demonstração acerca da constituição e circularidade da memória nos espaços sociais, forjando e ressignificando passados em relação direta com o presente.

### Referências bibliográficas:

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo sacer III). Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BATALHA, Marta. *Nunca houve um castelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CARRARA, Sergio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo. *Mana*, v. 21, n.2, pp 323-345, 2015.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: Literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed.. UFMG, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a Ditadura Militar e a transição política. In.: ABREU, A A (org.). *A democratização do Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. cap. 6 pp 163-203.
- FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico: Curso dado no Collège de France (1973-1974)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins fontes, 2006.
- GAY, Peter. *O século de Schnitzler: A formação da cultura da classe média (1815-1914)*. Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.
- POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10,

1992.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. A cidade maravilhosa e a cultura do carioquismo. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH- Rio. Ofício do historiador: ensino e pesquisa*. Rio de Janeiro, 2012.

RUSEN, Jorn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SANSONE, Livio. *Não trabalho, consumo e identidade negra: Uma comparação entre Rio e Salvador*. In. REZENDE, Claudia Barcellos; MAGGIE, Yvonne (Orgs.). *Raça como retórica: A construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

Internet:

<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>

<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-periodicos-literatura/a-mensagem-revista-literaria-dedicada-a-mulher-brazileira/>

<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>

<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691206&printsec=frontpage&hl=pt-BR>